

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhor Acionista,

Nos termos da lei e do contrato da sociedade, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório do Conselho de Administração e as Contas da Sociedade relativos ao exercício de 2021.

A Zona Franca ou Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), cujos desenvolvimento, gestão geral, divulgação e promoção internacional têm constituído responsabilidades da Sociedade nos termos do contrato de concessão celebrado em 1987 com a Região Autónoma da Madeira (RAM), substituído pelo contrato de igual natureza e fins celebrado em 30 de Março de 2017, com início de vigência em 2 de Maio seguinte, continuou a ter um papel fundamental no contexto da economia madeirense, nomeadamente na sua modernização, diversificação e internacionalização.

Com efeito, o CINM em 2021, mesmo num cenário atípico e extremamente desfavorável de pandemia da Covid-19, bem como do processo de recuperação de benefícios junto de empresas do Regime III instaurado pela Comissão Europeia, e das subsequentes e profundas alterações sofridas pelo Regime IV por via da Lei nº21/2021, de 20 de Abril, voltou a contribuir para o desenvolvimento da RAM, o que reafirma a capacidade do CINM de resistir e progredir, mesmo em condições tão contrárias, e evidencia, mais uma vez, da sua importância para o desenvolvimento e diversificação da economia da RAM, contribuindo com receita e emprego em valores significativos, a que se associa a atração de investimento do exterior, promoção da Madeira e o proporcionar de um ambiente económico internacional que, de outra forma, não seria possível.

Tal como já referido em Relatórios anteriores deste Conselho, para além de um amplo conjunto de benefícios de natureza qualitativa, ou indireta, em variados domínios da vida regional, o CINM continua a apresentar resultados muito positivos em termos quantitativos.

Com efeito, todos os indicadores disponíveis - contributo para o PIB regional da RAM, bem como a influência decisiva na balança comercial da Região; criação e manutenção de mais de 3.000 postos de trabalho diretos, excluindo os tripulantes a bordo dos navios

registados no MAR, e a relevância na receita fiscal, entre outros – confirmam, perentoriamente, o valor do CINM para a realização dos objetivos acima referidos e, conseqüentemente, o seu contributo para a criação de riqueza e de bem estar na RAM.

Ao longo do exercício de 2021 continuou-se a aplicar o Regime IV de benefícios do CINM com a taxa base de referência de tributação em sede de IRC de 5%, com diversos escalões dependentes da criação de postos de trabalho. Esta imposição – fazer depender os benefícios da criação de emprego – tem sido um grande entrave a um maior desenvolvimento do CINM. Todavia temos expectativas de que, senão ultrapassada, seja contudo devidamente balizada pela Comissão Europeia em termos razoáveis e que se consiga mais competitividade em comparação com outras praças da União Europeia.

O nível de atividade do CINM e os resultados globalmente positivos para a economia da RAM foram, ainda, diretamente influenciados pela forma como a Sociedade manteve, durante o exercício findo, e num quadro de grande adversidade, com rigor, empenho e determinação, as obrigações que resultam do contrato de concessão, quer da legislação que regula o funcionamento do CINM, o que atesta do empenho de todos os trabalhadores da Sociedade que, notavelmente, nunca baixaram os braços e, em alguns sectores, procuraram métodos e soluções alternativas e inovadoras para a prossecução dos seus objetivos.

A manutenção de uma articulação correta e adequada com a grande maioria das entidades e organismos públicos que, na RAM, se relacionam diretamente com o CINM e que tem responsabilidades ou intervenção no seu funcionamento corrente – embora nem sempre concordante - como sejam a Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da RAM (AT-RAM), a Direção da Alfândega do Funchal e a Delegação Aduaneira no Caniçal, a Conservatória do Registo Comercial e Cartório Notarial Privativos da Zona Franca da Madeira, a Comissão Técnica do Registo Internacional de Navios (MAR) e a Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana, para além de vários serviços dependentes do Governo Regional e outras entidades, revelou-se importante e adequada para a atividade do CINM.

A Sociedade continuou, também, a colaboração muito ativa e eficaz com outros parceiros sociais, com especial destaque para a FESMAR - Federação dos Sindicatos do Mar, tal como tem vindo a acontecer já há muitos anos, com efeitos muito benéficos para o desenvolvimento do MAR.

O desenvolvimento e manutenção da estratégia de divulgação regional e nacional da

imagem do CINM, através dos órgãos de comunicação social, revelou-se muito positiva, mesmo considerando todas as limitações decorrentes da pandemia da Covid-19. Neste contexto e sob a influência dos factos e situações que a ultrapassam, a Sociedade continuou a satisfazer, no exercício findo, as tarefas que lhe competem, desde logo no domínio da gestão administrativa corrente do CINM, designadamente em tudo quanta respeita aos processos de licenciamento das atividades e de instalação e funcionamento das empresas no seu âmbito, cumprindo as funções que lhe estão conferidas e assegurando o conveniente relacionamento institucional entre todos os intervenientes no sistema, nos termos constantes das disposições legais e regulamentares em vigor.

Por outro lado, a Sociedade cumpriu também as suas atribuições e responsabilidades na gestão do parque em que se encontra instalada a Zona Franca Industrial, no Caniçal, com o objetivo de manter, aperfeiçoar e desenvolver as suas infraestruturas.

Desencadeando muitas intervenções, quer no domínio das condições globais de funcionamento do parque, das respetivas redes técnicas e da sua segurança geral, quer nos edifícios afetos ao controle e gestão das instalações, quer ainda para facilitar a implantação de novas unidades industriais, bem como a aquisição, instalação e renovação dos equipamentos e a contratação de uma multiplicidade de serviços necessários à melhor operacionalidade possível da Zona Franca Industrial.

Para além das ações e intervenções antes enumeradas, a Sociedade continuou a dedicar a sua melhor atenção à defesa e promoção das mais adequadas condições ambientais na Zona Franca Industrial. Neste domínio, foram, desde logo, prosseguidas as ações correntes já anteriormente adotadas, quer quanto ao ajardinamento e arborização de extensas áreas em zonas não diretamente afetas às unidades industriais, e respetivo sistema de rega automatizada, quer no controlo da qualidade do ar, da água potável e do nível de ruído no parque, dos efluentes residuais e de pragas, quer ainda no aperfeiçoamento dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos.

Como se sabe, as obrigações contratualmente assumidas pela Sociedade incluem também a divulgação e promoção do CINM e do seu regime, tal como oficialmente definidos e aprovados, junto dos potenciais investidores e dos mercados internacionais em geral. De entre as múltiplas ações e iniciativas empreendidas, no âmbito do plano de "marketing" e de ação comercial previamente aprovado, e apesar das condicionantes da pandemia da Covid-19 e no quadro antes referido, importa salientar as seguintes:

- Concretização de um programa intenso de reuniões e apresentações presenciais, bem

como de videoconferências e reuniões online com empresários, operadores e consultores jurídicos e económicos em várias cidades e territórios estrangeiros, nomeadamente em Barcelona, Bogotá, Buenos Aires, Cannes, Cidade do Cabo, Dubai, Genebra, Hamburgo, Joanesburgo, Liechtenstein, Lille, Londres, Lugano, Luxemburgo, Lyon, Madrid, Miami, Milão, Mónaco, Moscovo, Munique, Paris, Roma, Santiago do Chile, São Paulo, Viena e Zurique. Em muitas destas ações a Sociedade continuou a ser acompanhada e apoiada por um amplo conjunto de especialistas e de entidades nacionais e estrangeiras relacionados com o CINM que, em muito, contribuíram, com a sua experiência e conhecimentos técnicos, para transmitir aos participantes informação clara, precisa e tão extensa quanto possível acerca do enquadramento legal, condições de operação e oportunidades disponíveis no CINM e, como tal, estimular as decisões de investimento no seu âmbito;

- Participação em videoconferências especializadas, organizados por terceiros, tanto em Portugal como no estrangeiro, suscetíveis de constituírem um bom veículo de divulgação das realidades do CINM junto de potenciais interessados;

- Efectivação de programa intenso de promoção do CINM em Portugal Continental através do nosso representante em território continental, continuando os investidores nacionais com posição de liderança destacada no CINM em termos de origem das sociedades licenciadas;

- Prossecução da atividade das estruturas de representação permanente da Sociedade em muitos países e mercados com especial interesse para a captação de investimentos e de novos operadores para o CINM, através de representantes e correspondentes nomeados para o efeito. Estas entidades, todas elas com relevância económica ou social nos respetivos países e mercados, continuaram a evidenciar grande solidariedade com a Sociedade, também com benefícios para a imagem externa do país;

- Utilização ponderada dos meios de comunicação social portugueses e estrangeiros, tanto através da prestação de informações corretas e atualizadas sobre o CINM, como pela disponibilidade para participar em entrevistas e encontros com jornalistas, quer ainda através de inserções publicitárias ou de participação em suplementos especializados;

- Realização de encontros, em Portugal e no estrangeiro, com diversas entidades com responsabilidades públicas de variada natureza;

- Prestação de apoio direto a todos quantos nos procuraram ou nos manifestaram interesse em obter informações detalhadas sobre o CINM, quer facultando os esclarecimentos necessários e mantendo o fluxo de informação adequado, quer preparando e organizando os encontros e reuniões que se justificassem com terceiras entidades, quer ainda apoiando em todos os procedimentos e tramitações necessários à concretização de investimentos.

Em termos globais e sectoriais, são de salientar os seguintes principais aspetos caracterizadores da evolução do nível geral de atividade do CINM durante o exercício de 2021, tanto quanto ao número de entidades registadas como no que respeita aos principais fluxos de adesões e de cancelamentos.

O número total de entidades licenciadas no CINM no fim de 2021 era de 2.556, nos seus três sectores de atividade que permaneceram abertos a admissão de novas entidades, ou seja, na Zona Franca Industrial, nos Serviços Internacionais e no MAR, equivalente a um crescimento de cerca de 5% em comparação com 2020.

Trata-se de uma evolução positiva que continua a refletir a boa aceitação do Regime IV por parte do mercado, apesar das profundas alterações impostas por Bruxelas em matéria de criação de postos de trabalho, e confirma a retoma da tendência de crescimento geral do nível de atividade do CINM, prenunciada já no segundo semestre do exercício de 2016 e amplamente verificada nos exercícios seguintes.

Neste âmbito, importa também referir o movimento de saídas que ocorreu em 2021, muito para além do ritmo habitual resultante da própria natureza das atividades económicas envolvidas, motivadas pelas notícias e dúvidas geradas pelos processos de inspeção ao Regime III por parte da Comissão Europeia e pelo subsequente processo, em curso, de recuperação de benefícios junto de empresas deste regime. É previsível que o número de saídas de empresas em 2021, claramente acima da média dos últimos anos, possa vir a ter um impacto negativo na receita fiscal gerada pelo CINM.

A consolidação do processo de retoma do crescimento do número total de entidades licenciadas dependerá absolutamente, em 2022, da prorrogação de admissão de novas entidades por parte da República e da competitividade que possa continuar a ser assegurar ao CINM por via de um futuro Regime V que venha a ser aprovado pela CE.

Mas dependerá também, sem qualquer dúvida, do modo como forem conduzidos e finalizados os processos desencadeados pela Comissão Europeia, acima mencionados,

nomeadamente se tiverem em conta as condições particulares da pequena economia ultraperiférica da RAM e as imperativas disposições do Tratado de Funcionamento da UE neste domínio.

De forma sectorial, cabe salientar que o MAR registou um crescimento muito significativo quanto ao número total de embarcações matriculadas. Com efeito, no termo do exercício de 2021, encontravam-se registadas 828 unidades, ou seja, mais 98 do que no início do exercício. Este crescimento resultou principalmente do segmento dos navios de comércio.

Efectivamente, no segmento dominante dos navios de comércio, o exercício findo continuou a caracterizar-se por um significativo crescimento líquido do número total de unidades matriculadas, com um valor final de 708 embarcações e uma tonelagem de arqueação bruta (TAB) agregada de 19.428.594 toneladas, 15,3% acima da TAB registada no final de 2020, com um saldo positivo de 94 registos ao longo do ano. Importa referir que este comportamento favorável, consistente com o verificado desde 2012, ocorreu como consequência da ação persistente que tem vindo a ser mantida junto dos mercados, do acréscimo da eficácia promocional obtido através da parceria com um conjunto de especialistas alemães agrupados na empresa European Mar Lda., e das relevantes alterações legislativas ocorridas nos últimos anos, as quais permitiram colocar o MAR em pé de igualdade com os seus principais concorrentes europeus.

Em consequência das orientações adotadas e ações prosseguidas neste domínio, e tal como já salientado em anteriores Relatórios, manteve-se e acentuou-se a posição dominante e a larga distância do MAR como primeiro registo português de navios de comércio. Continuou, assim, a ser crescentemente assegurada a relevância do nosso país nas organizações internacionais respeitantes a este sector de atividade, relevância esta que, de outro modo, estaria irremediavelmente perdida (o chamado registo convencional português tem, presentemente, uma expressão residual, com apenas 6 navios de comércio registados) e reforçando todas as expectativas positivas sobre a grande importância que o MAR deve continuar a assumir, quer no quadro da política de desenvolvimento da RAM em geral, e do CINM em particular, quer no contexto da já mencionada estratégia nacional relativa ao Mar e ao aproveitamento integral dos seus recursos.

O comportamento do sector dos Serviços Internacionais continua a ilustrar e a refletir as exigentes e desiguais condições de competitividade do CINM perante outros regimes equivalentes, apesar da boa aceitação obtida pelo Regime IV junto dos operadores. Com

efeito, e tal como verificado desde 2016, ocorreu em 2021 um crescimento neste sector de atividade, que se cifrou em cerca de 1,5%, para um total final de 1.681 entidades licenciadas.

Este crescimento do número de entidades licenciadas nesta área tem, do nosso ponto de vista, um significado elevado visto que ocorre apesar dos severos requisitos estabelecidos para o acesso ao licenciamento no âmbito do CINM, em termos claramente desfavoráveis comparativamente com a prática seguida pela enorme maioria das jurisdições europeias concorrentes.

Na realidade, e tal como referido nos anteriores Relatórios deste Conselho, as atividades inseridas neste sector de serviços continuam a ser as mais sensíveis à evolução das condições de competitividade do CINM, adequação e sentido das intervenções de natureza político-institucional e a confiança ou não que daí se possa extrair.

Deste modo, têm sido desenvolvidas todas as diligências que possam produzir resultados cada vez mais positivos, não só no número de entidades licenciadas, mas também em outros indicadores de grande relevância como, por exemplo, os da criação de emprego, de geração de receitas fiscais e da contribuição para a sustentabilidade e para o crescimento da RAM.

Tal como tem vindo a verificar-se sustentadamente nos últimos exercícios, a Zona Franca Industrial voltou a evidenciar em 2021 uma clara capacidade de resistência aos efeitos negativos da crise induzida pela pandemia, com bom nível de conservação das suas atividades. De facto, no decurso do exercício em causa, foram licenciadas duas novas unidades industriais, saíram duas por interrupção total e definitiva de actividade e foi efectivada a transmissão de um estabelecimento entre utentes do parque industrial, passando a actividade a ser exercida sob a égide da licença concedida à entidade adquirente. Por conseguinte, passou a ser de 47 o número de empresas licenciadas.

No que concerne, à afetação e desafetação de áreas de plataforma a empresas que o requereram, a área total de terreno infraestruturado ocupada pelas empresas instaladas é de 228.054 m², representando cerca de 58% do total da área de plataformas infraestruturadas e disponíveis para instalação de empresas.

Por seu turno, a ocupação de áreas cobertas em pavilhões industriais e módulos preexistentes registou um acréscimo líquido de 658 m², o que corresponde a um

aumento de cerca de 2,56% relativamente ao total de 25.651 m² verificado no fim de 2020.

Em consequência, no fim do exercício encontravam-se a operar na Zona Franca Industrial 47 empresas, com um volume de investimento direto total de cerca de 243.416.751€, traduzindo-se num acréscimo de 3,1% (7.319.110,00€), face ao ano de 2020.

Faz-se notar que a redução do número de entidades em operação não só não se traduziu numa perda de áreas afetas ao exercício das atividades licenciadas – como atrás referido, a redução para 47 empresas decorre de uma transmissão de estabelecimento entre dois utentes -, como não obsteu a que o volume de investimento das empresas tivesse tido um incremento relevante e que, para 2022, a perspetiva de receitas oriundas das empresas atualmente licenciadas e em operação tenha um acréscimo esperado de 2,24% relativamente à faturação de 2021.

Esta capacidade de manutenção de um elevado nível de atividade continua a poder explicar-se por quatro principais ordens de razões, tal como já explicitado em anteriores Relatórios: pela permanência de um regime muito atrativo para este sector, apenas marginalmente influenciado pelos requisitos negativos constantes dos regimes de incentivos fiscais antes mencionados, e como tal reconhecido pelos empresários e operadores económicos em geral; pela qualidade e eficácia das infraestruturas internas do respetivo parque industrial, de nossa responsabilidade, e pelo seu bom e eficaz funcionamento geral; pela eficiência que continua a verificar-se no domínio das acessibilidades, designadamente quanto à via rápida até ao Caniçal e ao adequado funcionamento das infraestruturas portuárias que, como se sabe, constituem agora o porto comercial da RAM; e pelo efeito demonstrativo das empresas instaladas e em funcionamento, muitas das quais de grande relevância na estrutura económica da Região e mesmo com expressão internacional.

Julgamos importante também realçar o esforço empreendido na manutenção e conservação das infra-estruturas do parque industrial que, na senda da orientação estratégica definida pela concessionária para a Zona Franca Industrial de manter um elevado padrão de qualidade e de imagem, incluiu o lançamento e execução de 10 empreitadas com início e/ou término em 2021, que visaram a substituição de pavimentos rodoviários, tratamento de elementos metálicos, pintura de edifícios, substituição de vedações, substituição de caixilharias de alumínio, tratamento e substituição de coberturas de edifícios e reparações de fachadas.

Foram também levados a cabo investimentos na rede de abastecimento de água potável visando manter uma adequada capacidade de aferição dos consumos das unidades industriais, iniciativa integrada na estratégia adotada na ZFI de manter um nível reduzido de perdas na rede, e que permitiu atingir neste ano de 2021 um volume de perdas de 19%, abaixo do limiar dos 20%, meta definida no Sistema de Gestão Ambiental para o limite máximo de perdas.

Ainda no que concerne à Zona Franca Industrial, entendemos relevante destacar o facto de o Sistema de Gestão Ambiental do parque industrial, que recebeu a certificação ambiental ISO 14001 em Março de 2008, ter sido auditado pela APCER no final de 2021, mais uma vez sem que fossem apontadas não conformidades, tendo sido apontados um conjunto alargado de pontos fortes relacionados com a competência técnica da Sociedade, com o acompanhamento pró-ativo das matérias ambientais atinentes ao parque industrial e à operação das empresas, bem como com o esforço de promoção de boas práticas ambientais e de sensibilização ambiental junto das empresas licenciadas.

Naturalmente que todos os factos e condicionalismos antes referidos bem como o comportamento geral do CINM influenciaram diretamente o nível global de atividade da nossa sociedade. A gestão rigorosa de recursos que continuou a ser prosseguida visou compensar, na medida possível, os constrangimentos e as dificuldades que condicionaram o desenvolvimento do CINM e, logo, das operações da nossa sociedade ao longo do exercício de 2021.

Apesar destes fatos e do conjunto de obstáculos e incertezas que foi necessário defrontar e, tanto quanto possível, ultrapassar, conseguiu-se sustentar os níveis gerais das operações correntes e da respetiva rendibilidade em valores que só não são superiores a exercícios anteriores devido à já conhecida contingência em matéria de IVA, que nos levou a não poder deduzir o IVA suportado em cerca de 735.000 euros. Caso fosse possível deduzir tal custo, como no passado, o resultado líquido alcançado em 2021 encontrar-se-ia entre os melhores de sempre na história da empresa.

Também no que se refere a custos extraordinários, e em conformidade com as orientações do acionista único RAM, foi necessário proceder-se à contratação dos serviços da FIPRA, empresa de relações públicas e “lobby” sediada em Bruxelas, a qual apoiará a Região e a SDM no processo de preparação do Regime V junto da Comissão Europeia, regime este que deverá vigorar para além de 31 de Dezembro de 2027.

Sem os custos extraordinários e incontornáveis acima enunciados, este Conselho de

Administração estaria em condições de apresentar o melhor resultado líquido dos últimos 10 anos.

Nestes termos, apesar dos investimentos e custos resultantes do cumprimento das obrigações contratuais da Sociedade, designadamente no domínio de algumas obras na Zona Franca Industrial e no da divulgação e promoção internacional do CINM, que foi a possível devido ao contexto pandémico mundial; continuando a observar-se um elevado rigor na cobrança das taxas anuais de funcionamento das entidades licenciadas, em cumprimento estrito das disposições legais aplicáveis; tendo sido também efetuadas as amortizações do ativo imobilizado corpóreo e incorpóreo de acordo com os princípios e critérios consistentemente observados nos exercícios anteriores, o exercício de 2021 foi encerrado com um resultado líquido final positivo de 3.573.509 euros.

Importa, novamente, referenciar dois temas pendentes que poderão ter impacto, no futuro, na performance do CINM e, por conseguinte, na atividade da Sociedade.

Desde logo, a prorrogação do Regime IV. É difícil de compreender e aceitar que não tenha sido ainda aprovada, em Portugal, a prorrogação do Regime IV quando a Comissão Europeia, por decisão de 3 de Julho de 2020, permitiu-a, sem condições ou limitações, até 31 de Dezembro de 2023. Já se perderam dois meses em que não foi possível licenciar novas empresas no âmbito do CINM. Qualquer interrupção do funcionamento do regime gera dúvidas e incertezas no mercado que prejudicam a credibilidade e competitividade deste instrumento económico. Neste sentido, deve-se sublinhar por contraste a postura do Estado espanhol, o qual voltou a prorrogar, sem quaisquer atrasos, a admissão de novas entidades na ZEC – Zona Especial de Canárias, regime de ajudas de Estado aprovado pela CE e equivalente ao do CINM.

O segundo tema é o que concerne à decisão da Comissão Europeia relativamente à não conformidade com as decisões da Comissão Europeia de Auxílios de Estado de 2007 a 2013 na implementação do Regime III do Zona Franca da Madeira e, consequentemente, que alguns auxílios individuais concedidos a determinadas entidades deveriam ser considerados não compatíveis com o mercado interno dos termos do nº 3 do art. 108º do Tratado de Funcionamento da União Europeia e, logo, deveriam ser recuperados junto dos beneficiários. A dimensão e a forma em que este processo de recuperação de benefícios será conduzido pelo Estado português determinará o nível de estragos e prejuízos que forem causados ao CINM em termos de perda de empresas com a consequente perda de receitas fiscais e de emprego na economia regional.

O quadro seguinte, respeitante ao volume de negócios e aos resultados líquidos da Sociedade nos últimos cinco exercícios, ilustra claramente o impacto do custo do IVA nas contas da Sociedade, custo este que não existiu até ao fim de 2019. Caso tivesse sido possível deduzir o IVA suportado, a Sociedade teria tido um resultado líquido superior aos anos anteriores.

COMPARATIVO ANUAL	2017	2018	2019	2020	2021
Volume de Negócios	10 534 778	11 265 550	10 923 671	10 687 030	11 678 284
Resultado Líquido do Exercício	3 003 446	3 975 672	4 135 521	-115 447	3 573 509

O volume de negócios e o resultado líquido de 2021 geraram para os cofres da RAM, nos termos do contrato de concessão, um montante superior aos 5,2 milhões de euros, entre dividendos a entregar ao acionista único e a renda da concessão correspondente a 15% de todas as taxas cobradas pela Sociedade, entre outros. Adicionalmente, não poderá deixar de ser referida a receita fiscal gerada pelo CINM para os cofres da Região, a qual se tem mantido de forma consistente acima dos 100 milhões de euros / ano, conforme valores abaixo explicitados:

RECEITAS FISCAIS DO CINM (Valores em milhares de euros)	2016	2017	2018	2019	2020
Imp. s/ o rend. de pessoas colectivas - IRC	154 696	44 287	54 068	45 238	54 598
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	35 442	50 399	58 135	52 147	40 615
Imp. s/ o rend. de pessoas singulares - IRS	9 426	9 831	9 319	10 658	12 658
Imposto de selo	44	71	193	132	322
Total	199 608	104 587	121 715	108 175	108 192

A Sociedade registou, no exercício de 2021, um Resultado Líquido positivo de 3.573.509,24 euros decorrente do já descrito. Em conformidade com a Lei e os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que, após colmatar os resultados transitados negativos no valor de 50.073,80 euros, cerca de 95% do Resultado Líquido do Exercício remanescente seja alocado à distribuição de dividendos ao acionista único e que com o excedente (cerca de 5%) se constitua reservas livres, conforme expresso no quadro seguinte:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	2022
Reservas Livres	173 435,44
Dividendos	3 350 000,00
Resultados Transitados	50 073,80
Resultado Líquido do Exercício	3 573 509,24

Queremos, antes de concluir, agradecer ao Governo Regional e, muito em especial, aos seus Presidente, Secretário Regional das Finanças bem como ao seu antigo Vice-Presidente, o apoio que nos têm dispensado, contribuindo para que tivéssemos podido continuar a satisfazer cabalmente as obrigações que nos estão cometidas e corresponder a todas as outras solicitações que nos têm sido colocadas.

Penhoradamente, agradecemos a confiança que o acionista da Sociedade depositou neste Conselho de Administração. Esperamos poder continuar a corresponder e a preservar o legado que os nossos antecessores nos deixaram, contribuindo para que a Sociedade possa prosseguir na senda do sucesso e continuar a ser, por consequência, uma empresa eficiente, lucrativa e estratégica para a RAM, com os inerentes impactos positivos no desenvolvimento socioeconómico da nossa Região.

Funchal, 17 de Fevereiro de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DF



Entidade: SDM - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Euros

ACTIVO	Notas	31/dez/21	31/dez/20
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	1 073 626	1 108 537
Activos intangíveis	6	385 553	352 436
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	323 617	389 445
Outros Activos financeiros	8	7 437	5 956
Total do ativo não corrente		1 790 232	1 856 373
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	2 510 897	2 346 323
Adiantamentos a fornecedores		22 253	23 376
Estado e outros entes públicos	10	326 490	294 540
Outros créditos a receber	11	218 460	138 128
Diferimentos	12	473 045	716 715
Caixa e depósitos bancários	4.1	7 272 783	3 523 639
Total do ativo corrente		10 823 927	7 042 721
Total do ativo		12 614 159	8 899 095
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	13	500 000	500 000
Reservas legais	13	100 000	100 000
Resultados transitados	13	(50 074)	65 373
Outras variações no capital próprio	13	-	271 377
Resultado líquido do período		549 926	936 751
Capital próprio atribuível a accionistas		3 573 509	(115 447)
Interesses minoritários		4 123 435	821 304
Total do capital próprio	13	4 123 435	821 304
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	20	3 448 560	3 448 560
Financiamentos obtidos		-	-
Total do passivo não corrente		3 448 560	3 448 560
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	551 881	536 565
Adiantamentos de clientes		40 044	18 143
Estado e outros entes públicos	10	274 719	299 149
Accionistas / Sócios		-	-
Outros passivos correntes	15	1 089 708	851 457
Diferimentos	12	3 085 812	2 923 918
Total do passivo corrente		5 042 164	4 629 231
Total do passivo		8 490 724	8 077 791
Total do capital próprio e do passivo		12 614 159	8 899 095



Entidade: SDM - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Euros	
		31/dez/21	31/dez/20
Vendas e serviços prestados	16	11 678 285	10 687 030
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	17	(65 828)	(233 918)
Fornecimentos e serviços externos	18	(3 772 659)	(2 923 499)
Gastos com o pessoal	19	(1 634 044)	(1 617 138)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	(4 240)	(2 322)
Provisões (aumentos / reduções)	20	-	(3 448 560)
Aumentos / reduções de justo valor	21	260 376	68 385
Outros rendimentos e ganhos	22	(2 573 076)	(2 339 027)
Outros gastos e perdas			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 888 813	190 951
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	23	(110 037)	(104 633)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 778 776	86 317
Juros e rendimentos similares obtidos	21	568	857
Juros e gastos similares suportados		(25)	(83)
Resultado antes de imposto		3 779 319	87 091
Imposto sobre o rendimento do período	24	(205 810)	(202 538)
Resultado líquido do período		3 573 509	(115 447)

Entidade: SDM - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2020

		Notas	Capital Realizado	Prémios de Emissão	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Outras Variações	Resultado Líquido do Exercício	Total
Demonstração das Alterações no Capital Próprio										
01 de Janeiro de 2020		13	5 500 000	505 738	1 098 956	61 699	104 686	204 720	4 135 521	11 611 320
Alterações no período										
Excedentes de Revaloriz. de act. fixos tang. e intang. e respect. variações										
Distribuição para:										
Resultados Transitados										
Reservas Livres										
Resultado líquido do período										
Resultado Integral		13	5 500 000	505 738	1 098 956	61 699	104 686	204 720	4 135 521	11 611 320
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital			(5 000 000)	(505 738)	(1 000 000)	(61 699)	(62 500)		(4 135 521)	(6 567 437)
Distribuições					1 044					(4 196 977)
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações							23 187	66 658	(115 447)	23 187
SDEM										66 658
PPR										(115 447)
Outras										(10 790 016)
A 31 de Dezembro de 2020		13	500 000	-	100 000	-	65 373	271 377	(115 447)	821 304

Entidade: SDM - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2021

		Notas	Capital Realizado	Prémios de Emissão	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Outras Variações	Resultado Líquido do Exercício	Total
Demonstração das Alterações no Capital Próprio										
01 de Janeiro de 2021		13	500 000	-	300 000	-	65 373	271 377	(115 447)	821 304
Alterações no período										
Excedentes de Revaloriz. de act. fixos tang. e intang. e respect. variações										
Distribuição para:										
Resultados Transitados										
Reservas Livres										
Resultado líquido do período										
Resultado Integral		13	500 000	-	300 000	-	65 373	271 377	(115 447)	821 304
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										
Distribuições							(115 447)		115 447	
Entradas para cobertura de perdas								(271 377)		(271 377)
Outras operações										
SDEM										3 573 509
PPR										3 688 956
Outras										3 302 132
A 31 de Dezembro de 2021		13	500 000	-	300 000	-	(50 074)	-	3 573 509	4 123 435

Entidade: SDM - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Euros

Demonstração dos Fluxos de Caixa	31/dez/21	31/dez/20
Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método Directo		
Recebimentos de clientes	11 760 113	10 791 993
Pagamentos a fornecedores	(4 242 511)	(3 191 378)
Pagamentos ao pessoal	(1 654 886)	(1 901 280)
Caixa gerada pelas operações	5 862 716	5 699 334
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(234 400)	(97 473)
Outros recebimentos/pagamentos	(1 783 225)	(1 699 449)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	3 845 091	3 902 412
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(26 520)	(6 695)
Ativos Intangíveis	(69 994)	(66 845)
Investimentos financeiros	-	-
	(96 514)	(73 540)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	566	16
	566	16
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)	(95 948)	(73 524)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	302 100
Outras operações de financiamento	-	302 100
	-	302 100
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	(9 433)
Dividendos	-	(3 888 138)
Reduções de Capital e outros instrumentos de capital próprio	-	(6 505 738)
	-	(10 403 309)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-	(10 101 209)
Variação de caixa e seus equivalentes		
(4)=(1)+(2)+(3)	3 749 144	(6 272 321)
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 523 639	9 795 960
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7 272 783	3 523 639



ANEXO

1 – Identificação da entidade

A S.D.M. - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A. é uma sociedade anónima com sede ao Sítio da Cancela, freguesia do Caniçal, concelho de Machico, Região Autónoma da Madeira, NIPC 511025971, tendo sido constituída em 18 de Abril de 1984. A sua atividade principal é a administração e exploração em regime de concessão da Zona Franca da Madeira, bem como a promoção ou realização das obras das respectivas infraestruturas, sob o mesmo regime e a prestação de quaisquer serviços aos utentes que vierem a instalar-se na zona.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que lhes são aplicáveis, que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os quais são designados genericamente por NCRF. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº 15652/2009); os Modelos de Demonstrações Financeiras (portaria nº 986/2009), o Código de Contas (Portaria nº 1011/2009) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (Aviso nº 15655/2009) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 15653/2009).

Não foram efectuadas quaisquer derrogações às disposições do SNC.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, e substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de Fevereiro de 2022. É opinião do Conselho de Administração

que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Não existem contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

Subsidiárias

As entidades que se qualificam como subsidiárias são as seguintes:

Entidade subsidiária	Sede	Atividade principal	Detentores de capital	% de capital detido	
				31/dez/21	31/dez/20
SDEM - Sociedade de Desenvolvimento Empresarial da Madeira, S.U., S.A.	Rua da Mouraria, nº 9 - 1.º	Consultoria para os negócios e gestão; realização de avaliações, estudos de mercados e análises económico-financeiras; gestão de participações sociais	SDM - Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A.	100%	100%

As subsidiárias são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a SDM assumiu o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e as quantias escrituradas são ajustadas de acordo com as alterações de resultados e outras variações dos capitais próprios das investidas, após a data de aquisição.

Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.



Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações. Na transição manteve-se o critério da mensuração pelo método do custo.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Ativos intangíveis

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas de acordo com o método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens tendo em conta que os ativos intangíveis terão de ser amortizados dentro do período de concessão.

Os ativos fixos intangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

Participações Financeiras

A S.D.M. participa em 100% do capital da SDEM – Sociedade de Desenvolvimento Empresarial da Madeira, Sociedade Unipessoal, S.A., constituída em 2002 com o capital

social de 5.000.000 Euros, ficando a valorização desta participação a 31 de Dezembro de 2021 em 323.617 Euros.

Instrumentos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respectivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27. Estão valorizados a preços de mercado à data do Balanço.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e a prazo.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Prestação de serviços

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito compreende os montantes facturados com a prestação de serviços, líquido de impostos sobre o valor acrescentado, quando devido.

Juizos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras foram adoptados certos pressupostos e estimativas que afectam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no

seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

Além das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa e já assinaladas na Nota 3.2 importa salientar ainda as seguintes notas em relação a:

- Provisões

As provisões constituídas em cada período espelham a melhor estimativa, do dispêndio exigido para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

- Recuperação de saldos devedores de clientes e outros devedores

Os saldos devedores nomeadamente de clientes têm apresentado de ano para ano valores relativamente elevados e por vezes com antiguidades significativas. Esta situação deve-se à particularidade do negócio e à natureza dos clientes, na sua maioria estrangeiros, e dependentes de intermediários, o que conduz por vezes a atrasos significativos na liquidação das faturas.

Contudo, sempre que verificada a impossibilidade de cobrança seja porque se perdeu o contacto do cliente, seja pelo cancelamento da Licença por reiterado incumprimento, é reconhecida a imparidade do saldo que esteja pendente.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda diferente da moeda funcional da Empresa são registadas às taxas de câmbio das datas das transações.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

Principais Moedas	Câmbio médio	
	31/dez/21	31/dez/20
USD - Dolares	1,1827 €	1,217 €
GBP - Libras	0,8596 €	0,9062 €

Fonte: Banco de Portugal

Acontecimentos após a data do balanço

Não existem situações após a data de balanço que afectem as demonstrações financeiras apresentadas.



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO

4 - Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A empresa classifica consoante o caso, os juros e dividendos como atividades de investimento ou de financiamento.

A 31 de Dezembro de 2021 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos é constituída pelos seguintes saldos:

4.1 - Detalhe de caixa e equivalentes de caixa

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes	31/dez/21	31/dez/20
Numerário		
Caixa	3 142	3 123
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	7 249 548	2 501 934
Depósitos a prazo	20 092	1 018 581
	7 269 640	3 520 516
Caixa e seus equivalentes (ativo)	7 272 783	3 523 639
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-

5 - Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	31/dez/21					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativo bruto						
Saldo inicial	1 953 127	484 270	216 485	461 857	4 647	3 120 387
Adições		11 318		544		11 862
Depreciações - Alienações						-
Outras variações						-
Saldo final	1 953 127	495 588	216 485	462 401	4 647	3 132 248
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	853 949	477 441	216 485	461 318	2 655	2 011 850
Depreciações do exercício	38 362	8 195		700	664	47 920
Outras variações	(1 147)					(1 147)
Saldo final	891 164	485 636	216 485	462 018	3 319	2 058 623
31 de Dezembro de 2021						
Custo de aquisição	1 953 127	495 588	216 485	462 401	4 647	3 132 248
Depreciações acumuladas	891 164	485 636	216 485	462 018	3 319	2 058 623
Valor Líquido	1 061 962	9 952	-	384	1 328	1 073 626

Ativos fixos tangíveis	31/dez/20					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativo bruto						
Saldo inicial	1 953 728	512 181	216 485	464 676	4 647	3 151 718
Adições		1 808				1 808
Depreciações - Alienações				(2 818)		(2 818)
Outras variações	(602)	(29 719)				(30 321)
Saldo final	1 953 127	484 270	216 485	461 857	4 647	3 120 387
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	816 190	504 464	207 945	462 591	1 992	1 993 181
Depreciações do exercício	38 362	6 888	8 540	2 247	664	56 700
Outras variações	(602)	(33 910)		(3 519)		(38 031)
Saldo final	853 949	477 441	216 485	461 318	2 655	2 011 850
31 de Dezembro de 2020						
Custo de aquisição	1 953 127	484 270	216 485	461 857	4 647	3 120 387
Depreciações acumuladas	853 949	477 441	216 485	461 318	2 655	2 011 850
Valor Líquido	1 099 177	6 829	-	539	1 992	1 108 537

A SDM detém a propriedade de dois imóveis:

- Fracção C – adquirida em 30/12/2000 pelo valor de 1.745.474 euros, cuja depreciação acumulada no fim do exercício é de 768.008 euros;
- Fracção J – adquirida em 31/07/2008 pelo valor de 110.000 euros, cuja depreciação acumulada no fim do exercício é de 30.800 euros.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil	Anos
Escritório do Funchal (Edifício SDM)	50 anos
Equipamento de transporte	4 a 5 anos
Equipamento administrativo	5 a 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 14 anos

6 - Ativos intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi o seguinte:

Ativos intangíveis	31/dez/21				
	Ativos fixos intangíveis				
	Com vida útil finita				
	Bens concessionados (IFRIC 12)	Propriedade industrial	Software de computador	Ativos fixos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto					
Saldo inicial	27 997 338	5 563 891	19 897	27 754	33 608 879
Adições	94 481		753		95 234
Outras transferências / abates					-
Saldo final	28 091 819	5 563 891	20 650	27 754	33 704 113
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial	27 672 656	5 563 891	19 897		33 256 443
Depreciações do exercício	61 364		753		62 117
Outras variações					-
Saldo final	27 734 019	5 563 891	20 650		33 318 560
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	27 734 019	5 563 891	20 650		33 318 560
Valor líquido	357 800	-	-	27 754	385 553

Ativos intangíveis	31/dez/20				
	Ativos fixos intangíveis				
	Com vida útil finita				
	Bens concessionados (IFRIC 12)	Propriedade industrial	Software de computador	Ativos fixos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto					
Saldo inicial	27 955 477	5 563 891	19 897	41 308	33 580 573
Adições	41 861				41 861
Outras transferências / abates				(13 555)	(13 555)
Saldo final	27 997 338	5 563 891	19 897	27 754	33 608 879
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial	27 626 218	5 563 891	19 897		33 210 006
Depreciações do exercício	47 933				47 933
Outras variações	(1 496)				(1 496)
Saldo final	27 672 656	5 563 891	19 897		33 256 443
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	27 672 656	5 563 891	19 897		33 256 443
Valor líquido	324 682	-	-	27 754	352 436

No quadro anterior constam também as taxas de amortização utilizadas para ativos com vida útil finita, sendo que os bens localizados em propriedade alheia - Zona Franca Industrial, estejam totalmente amortizados no fim da concessão.

7 - Participações financeiras - método de equivalência patrimonial

No quadro seguinte é apresentada informação resumida das participações financeiras registadas pelo método de equivalência patrimonial:

Entidades registadas pelo método de equivalência patrimonial	Sede		Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Valor de Balanço	Proporção no resultado	Valor da Participação
Associadas contabilizadas pelo MEP								
SDEM - Sociedade de Desenvolvimento Empresarial da Madeira, S.U., S.A.	Rua da Mouraria, n.º 9 - 1.º	31-dez-21	323 617	(65 828)	100	326 372	(65 828)	323 617
						<u>326 372</u>	<u>(65 828)</u>	<u>323 617</u>
SDEM - Sociedade de Desenvolvimento Empresarial da Madeira, S.U., S.A.	Rua da Mouraria, n.º 9 - 1.º	31-dez-20	389 445	(233 918)	100	412 601	(233 918)	389 445
						<u>412 601</u>	<u>(233 918)</u>	<u>389 445</u>

8 - Outros ativos financeiros não correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica de outros ativos financeiros não correntes decompõe-se da seguinte forma:

Outros ativos financeiros não correntes	31/dez/21				
	Valor bruto	Aquisições/Valorizações	Desvalorizações	Alienações	Valor líquido
Outros Investimentos Financeiros - FCT	5 956	1 481			7 437
Suprimentos - SDEM	-				-
Total	5 956	1 481			7 437

9 - Clientes

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31/dez/21	31/dez/20
	Valor	Valor
Clientes - conta corrente		
Gerais	2 510 897	2 346 323
Total de Clientes c/c	2 510 897	2 346 323

Imparidade

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, foram reconhecidas perdas por imparidade/reversões de perdas por imparidade líquidas no valor de 4.062 euros (2.322 euros em 31 de Dezembro de 2020), acumulando perdas por imparidade de 5.677.809 euros (5.673.746 euros em 31 de Dezembro de 2020).

Clientes	31/dez/21				31/dez/20			
	Saldo inicial	Aumentos Líquidos	Diminuições Líquidas	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos Líquidos	Diminuições Líquidas	Saldo final
Clientes de cobrança duvidosa	5 673 746	6 740	2 678	5 677 809	5 671 424	2 500	178	5 673 746
Imparidade	(5 673 746)	(6 740)	(2 678)	(5 677 809)	(5 671 424)	(2 500)	(178)	(5 673 746)
Total de Clientes Cobrança Duvidosa	-	-	-	-	-	-	-	-

Neste âmbito, os saldos a receber da conta de clientes a 31 de Dezembro de 2021 com um prazo superior a um ano ascendem a cerca de 626.000 euros, a maioria referentes a clientes de serviços internacionais que não pagaram atempadamente a taxa anual de funcionamento, pelo que foram instruídos os respetivos processos e remetidos ao Governo Regional para solicitar à Autoridade Tributária a cobrança coerciva dos valores em dívida. Uma vez que os processos estão em curso e não se conhecendo o seu desfecho final, entendeu a Administração da SDM não constituir qualquer provisão para possíveis imparidades na conta de clientes, resultantes destes processos.

10 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica Estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	31/dez/21	31/dez/20
Ativo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	171 940	139 990
Imposto sobre o valor acrescentado	154 550	154 550
	326 490	294 540
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	205 810	202 538
Retenção de imposto sobre o rendimento	24 875	66 820
Imposto sobre o valor acrescentado	16 701	2 178
Contribuições para a segurança social	27 333	27 613
	274 719	299 149

11 – Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica outros créditos a receber decompõe-se da seguinte forma:

Outros créditos a receber - correntes	31/dez/21			31/dez/20		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Devedores por acréscimo de rendimentos	50 188	-	50 188	39 701	-	39 701
Outros devedores	168 272	-	168 272	98 427	-	98 427
	218 460	-	218 460	138 128	-	138 128

12 - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

Diferimentos	31/dez/21	31/dez/20
Diferimentos - Ativo		
Seguros	6 964	278 127
Outros gastos	466 081	438 588
<i>Gastos a reconhecer</i>	473 045	716 715
Diferimentos - Passivo		
Outros rendimentos	3 085 812	2 923 918
<i>Rendimentos diferidos</i>	3 085 812	2 923 918

A rubrica Diferimentos – Passivo resulta da especialização temporal das taxas anuais pelos períodos contabilísticos a que respeita.

13 – Capital

Capital social de 500.000,00 euros é representado por 500.000 ações no valor nominal de 1,00 euros cada, encontra-se totalmente realizado em 31 de Dezembro de 2021.

	Capital	Prémios de Emissão	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Outras Variações	Resultado Líquido do Exercício	Total
01 de Janeiro de 2020	5 500 000	505 738	1 098 956	61 699	104 686	204 720	4 135 521	11 611 320
<i>Aplicação do resultado do exercício</i>			1 044				(4 135 521)	(4 134 477)
<i>Distribuição PPR</i>					(62 500)			(62 500)
<i>Aumento de Capital</i>						66 658		66 658
<i>Redução de Capital</i>	(5 000 000)	(505 738)	(1 000 000)	(61 699)				(6 567 437)
<i>Ajustamentos</i>					23 187			23 187
Resultado Líquido do Período							(115 447)	(115 447)
31 de Dezembro de 2020	500 000	-	100 000	-	65 373	271 377	(115 447)	821 304
<i>Aplicação do resultado do exercício</i>					(115 447)		115 447	-
<i>Distribuição PPR</i>						(271 377)		(271 377)
<i>Aumento de Capital</i>								
<i>Redução de Capital</i>								
<i>Ajustamentos</i>								
Resultado Líquido do Período							3 573 509	3 573 509
31 de Dezembro de 2021	500 000	-	100 000	-	(50 074)	-	3 573 509	4 123 435

14 - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31/dez/21	31/dez/20
Fornecedores c/c		
Gerais	551 881	536 565
Total	551 881	536 565

15 - Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica outros passivos correntes decompõe-se da seguinte forma:

Outros passivos correntes	31/dez/21	31/dez/20
Fornecedores de investimentos	93 516	74 373
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	234 296	217 169
Outros	148 476	43 763
Clientes c/c	40 755	32 980
Outros credores	572 665	483 173
Total	1 089 708	851 457

16 – Prestações de serviços

As prestações de serviços são assim decompostas:

Rêdito das vendas e dos serviços prestados	31/dez/21	31/dez/20
Prestações de serviços		
Região Autónoma da Madeira	11 678 285	10 687 030
	11 678 285	10 687 030

17 - Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Os ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são assim decompostos:

Ganhos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	31/dez/21	31/dez/20
Aplicação do método da equivalência patrimonial:		
Rendimentos		
SDEM - Sociedade de Desenvolvimento Empresarial da Madeira, S.U., S.A.		
Gastos		
SDEM - Sociedade de Desenvolvimento Empresarial da Madeira, S.U., S.A.	(65 828)	(233 918)
TOTAL	(65 828)	(233 918)

18- Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos	31/dez/21	31/dez/20
Subcontratos		
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	2 933 789	2 088 474
Publicidade e propaganda	52 968	38 215
Vigilância e segurança	94 012	92 293
Honorários	31 866	72 530
Conservação e reparação	167 795	162 730
Serviços bancários	1 015	
Materiais		
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	1 518	1 195
Livros e documentação técnica	3 128	3 264
Material de escritório	38 520	80 369
Energia e fluídos		
Electricidade	20 948	21 695
Combustíveis	11 044	8 524
Água	119 384	105 403
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	78 562	70 452
Transportes de pessoal	2 121	2 584
Transportes de mercadoria	50	-
Serviços diversos		
Comunicação	24 462	21 874
Seguros	23 472	24 452
Contencioso e notariado	1 828	546
Despesas de representação	19 022	7 279
Limpeza, higiene e conforto	38 360	38 944
Outros serviços	108 798	82 677
Total	3 772 659	2 923 499

19 - Gastos com o pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	31/dez/21	31/dez/20
Remunerações dos órgãos sociais	311 433	357 120
Remunerações do pessoal	1 007 936	895 234
Benefícios pós-emprego		
Contribuição definida - PPR	-	66 056
Encargos sobre remunerações	301 137	285 198
Seguros	9 366	9 415
Formação Profissional	1 495	-
Gastos de ação social	1 598	3 502
Outros gastos com o pessoal	1 079	612
Total	1 634 044	1 617 138

- Detalhe do quadro permanente do pessoal

Secções	Nº Trabalhadores	
	31/dez/21	31/dez/20
Órgãos sociais	3	5
Directores e chefias	4	4
Quadros superiores	8	9
Quadros médios	11	13
Profissionais semi-qualificados	3	2
Total	29	33

- Fundo de complemento de reforma

A Empresa contribuiu facultativamente para a constituição de um fundo de complemento de reforma aos seus colaboradores através de um contrato com a Una Seguros, S.A. e o valor que em 31 de Dezembro de 2020 ascendia a 271.377 Euros, foi integralmente resgatado no decurso do exercício de 2021 pelos colaboradores na proporção das quotas partes correspondentes.

20- Provisões

As provisões são assim decompostas:

Provisões	31/dez/21	31/dez/20
Saldo Inicial	3 448 560	0
Aumentos		
Impostos	-	3 448 560
Processos judiciais em curso		
Outras provisões		
	-	3 448 560
Reduções		
Impostos		
Processos judiciais em curso		
Outras provisões		
	-	-
Saldo Final	3 448 560	3 448 560

Na sequência do processo inspetivo com início em 15 de Julho de 2020, levado a cabo por parte da Autoridade Tributária e em relação ao qual a Administração da SDM entendeu constituir uma provisão de 3.448.560 euros no exercício de 2020, não foram constituídas quaisquer provisões adicionais, uma vez que não se verificou qualquer desenvolvimento relevante que justificasse a alteração do critério considerado no exercício anterior.

Embora a SDM possa recorrer para os Tribunais, resta uma grande incerteza quanto ao impacto que poderá ter a resolução do problema do IVA em exercícios futuros mesmo tendo em conta as provisões já constituídas, para o efeito, no exercício anterior.

21- Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos são assim decompostos:

Outros rendimentos e ganhos	31/dez/21	31/dez/20
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis	107 060	47 524
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Correções de exercícios anteriores	294	19 963
Outros	153 021	898
Sub-Total	260 376	68 385
Juros e rendimentos similares	568	857
Total	260 944	69 241

22 - Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas são assim decompostos:

Outros gastos e perdas operacionais	31/dez/21	31/dez/20
Impostos / Taxas	2 512 726	2 178 451
Gastos de juros (não relacionados com financiamentos)	2	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	36 589	128 681
Correções relativas a períodos anteriores	7 196	15 878
Donativos	9 690	9 865
Quotizações	6 854	3 119
Outros não especificados	20	3 032
Total	2 573 076	2 339 027

23- Gastos / reversões de depreciação e de amortização

Os gastos/reversões de depreciação e de amortização são assim decompostos:

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31/dez/21	31/dez/20
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	38 362	38 362
Equipamento básico	8 195	6 888
Equipamento de transporte	-	8 540
Equipamento administrativo	700	2 247
Outros ativos fixos tangíveis	664	664
	47 920	56 700
Ativos intangíveis		
Programas de computador	753	-
Propriedade industrial	-	-
Bens concessionados - IFRIC 12	61 364	47 933
	62 117	47 933
Total	110 037	104 633

24- Impostos sobre o rendimento

A S.D.M. está sujeita à taxa reduzida de 5% de IRC a partir de 01 de Janeiro de 2018, conforme disposto no nº 1 do Art.º 36-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, a que acrescem a derrama regional.

A empresa encontra-se ainda sujeita à tributação autónoma sobre itens como despesas de representação, encargos com viaturas ou ajudas de custo, sendo o imposto calculado às taxas aplicáveis e reconhecido na Demonstração de Resultados.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

Imposto do Exercício	31/dez/21	31/dez/20
Imposto corrente:		
Resultado antes de Imposto	3 779 319	87 091
Variação patrimonial negativa	-	308 839
Majoração 50% s/ Quotizações	3 427	1 560
A Acrescer a)	73 049	3 698 358
A Deduzir b)	294	20 859
Lucro Tributável	3 848 648	3 454 192
Taxa de Imposto - 5 %	192 432	172 710
Derrama Regional	9 864	11 725
Tributação Autónoma	3 513	18 103
Imposto s/ rendimento	205 810	202 538

- a) Custos decorrentes de exercícios anteriores, provisões do período, custos inerentes à aplicação do MEP, juros compensatórios, entre outros.
- b) Proveitos decorrentes de exercícios anteriores e excesso de estimativa para impostos.

25- Outros Assuntos

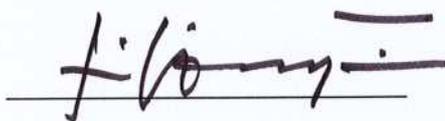
Em consequência do processo do IVA referido na nota 20 do presente anexo, foi prestada uma garantia bancária autónoma, incondicional, à primeira solicitação, até ao montante máximo de 8.345.118 euros a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, cuja taxa de comissão anual ascendeu os 0,24%/ano.

Durante o exercício de 2021, os custos inerentes à referida garantia ascendem a 60.488 euros, e os mesmos estão registados nas contas de custos da empresa. No entanto, esta

quantia foi re-faturada aos anteriores acionistas, na proporção das anteriores participações sociais dos mesmos, conforme expresso no nº 6 da cláusula 3ª do contrato de compra e venda das ações da SDM.

Administração

O Contabilista Certificado



José Machado

